

HABEAS CORPUS Nº 494.024 - PR (2019/0046395-9)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : VINICIUS VICTOR VIEIRA DA SILVA
ADVOGADO : VINÍCIUS VICTOR VIEIRA DA SILVA - PR084981
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : GUILHERME DANIEL TONOLLI (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO. UNIFICAÇÃO DE PENAS. DATA-BASE PARA A CONCESSÃO DE FUTUROS BENEFÍCIOS. TRÂNSITO EM JULGADO DA NOVA CONDENÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO.

Ordem concedida liminarmente conforme o dispositivo.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Guilherme Daniel Tonolli**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Paraná que deu provimento ao Agravo de Execução Penal n. 9429-21.2017.8.16.0148, nos termos da seguinte ementa (fls. 13):

RECURSO DE AGRAVO - EXECUÇÃO PENAL - DECISÃO QUE DEFINIU COMO DATA-BASE PARA PROGRESSÃO DE REGIME A DATA DA ÚLTIMA PRISÃO E PARA O LIVRAMENTO CONDICIONAL A DATA DA PRIMEIRA PRISÃO - INSURGÊNCIA MINISTERIAL - PEDIDO DE ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA SUPERVENIENTE - ACOLHIMENTO - PRECEDENTES DO STF E DESTA CÂMARA - ADEMAIS. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 441 DO STJ AO PRESENTE CASO, POR SE TRATAR DE SENTENÇA CONDENATÓRIA TRANSITADA EM JULGADO E NÃO DESVIOS DE COMPORTAMENTO NO CUMPRIMENTO DA PENA - RECURSO DO *PARQUET* PROVIDO PARA ALTERAR A DATA-BASE PARA A PROGRESSÃO DE REGIME E PARA O LIVRAMENTO CONDICIONAL, PARA A DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA SUPERVENIENTE.

Alega o impetrante haver constrangimento ilegal consistente na alteração da data-base, em decorrência da unificação de penas, após o trânsito

em julgado da sentença condenatória superveniente.

Sustenta que *o próprio fato definido como crime doloso, cf. Artigo 52, primeira parte, da LEP já interrompe o prazo para a progressão de regime* (fl. 7), bem como, argumenta a inexistência de amparo legal para utilização da data do trânsito em julgado da condenação superveniente como marco temporal na execução.

Requer a concessão de medida liminar para que seja reconhecida a data da última prisão do paciente como data-base para a concessão de benefícios da execução.

É o relatório.

Ao que se observa, busca a presente impetração a concessão da ordem para que seja restabelecida a decisão do Juízo da Execução que fixou como data base para concessão dos benefícios da execução a data do trânsito em julgado da condenação superveniente.

Verifico a existência de constrangimento ilegal a ser sanado, o que autoriza a concessão da ordem.

A Terceira Seção desta Corte, no julgamento do Resp 1.557.461/SC, ocorrido em 22/02/2018, alterou o anterior posicionamento jurisprudencial, passando a entender que **a superveniência do trânsito em julgado da sentença condenatória não serve de novo parâmetro para fixação da data-base para concessão de benefícios à execução, não podendo, assim, ser desconsiderado o período de cumprimento de pena desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado após e já apontado como falta grave.**

No caso de cometimento de falta grave, é importante ressaltar que devem ser observadas as diretrizes estabelecidas nas Súmulas 441, 534 e 535

desta Corte:

A falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional.

(Súmula 441/STJ)

A prática de falta grave interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena, o qual se reinicia a partir do cometimento dessa infração.

(Súmula 534/STJ)

A prática de falta grave não interrompe o prazo para fim de comutação de pena ou indulto.

(Súmula 535/STJ)

Ademais, a jurisprudência desta Corte entende que a superveniência de nova condenação no curso da execução, com a unificação das penas, interrompe o lapso temporal para obtenção de benefícios, com exceção do indulto, comutação da pena e livramento condicional.

Nesse sentido: HC n. 376.356/ES, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 25/11/2016.

Ante o exposto, **concedo liminarmente a ordem** para cassar o acórdão proferido no Agravo em Execução Penal n. 9429-21.2017.8.16.0148 e, consequentemente, restabelecer a decisão exarada pelo Juízo da execução (fls. 11/12).

Comunique-se.

Intime-se o Ministério Público do Paraná.

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator